

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
04 de fevereiro de 2014.

Ao quarto dia do mês de fevereiro de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas minutos, realizou-se a Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; a Vice Prefeita de Diadema, Senhora SILVANA GUARNIERI; a Vice Prefeita de Ribeirão Pires, Senhora LEONICE MOURA, e o Prefeito de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Ausentes os Prefeitos de Santo André e Mauá. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência, o Secretário Executivo informa que com a mudança de data da Assembleia, anteriormente agendada para o dia 03, foi transferida também a agenda com o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, que provavelmente ocorrerá na assembleia de março, no dia 10/03. O Secretário Executivo apresenta os pontos da pauta informando que a reunião se iniciará com a apresentação do balanço do processo de remoção preventiva de moradias em áreas de risco, seguida pelos informes sobre o andamento da limpeza dos piscinões, a realização da oficina Técnica sobre drenagem urbana na Região do Grande ABC, e a oficina de trabalho para orientação técnica das sete cidades do Grande ABC contempladas com liberação de recursos do PAC nas áreas de mobilidade, habitação e risco. Na sequência passa a palavra ao Sr. Hamilton Lacerda, Diretor de Programas e Projetos que passa a apresentar os três pontos iniciais da pauta. O Diretor expõe o balanço das remoções em áreas de extremo risco, salientando que entre dezembro e janeiro foram realizadas três reuniões com o grupo temático dedicado ao tema, com a finalidade de orientar todas as administrações para terem o mesmo procedimento na organização dos documentos que serão entregues ao Governo do Estado. Informa que ainda existem algumas informações que precisam ser esclarecidas no diálogo com a esfera estadual, mas que o número de moradias a serem removidas imediatamente teve aumento, o que já era previsto. Inicialmente a previsão era a remoção de 375 moradias e agora totalizam 623. No balanço realizado com os dados do IPT, os números de Santo André subiram de 94 para 307 e no caso de Ribeirão Pires subiram de 7 para 33 moradias. Informa que no decorrer da semana as administrações dos municípios deverão entregar a documentação completa, que basicamente se resume na notificação, descrição da família e o status do andamento da remoção. Em São Bernardo do Campo, o número inicial era 58 e aumentou em 9 moradias. Hamilton Lacerda aponta que a Sra. Tássia Regino, secretária de Habitação de São Bernardo do Campo, conversou com os responsáveis da Casa Civil e foi orientada para reunir toda a documentação e encaminhar em três cópias para a Casa Civil, Casa Militar e Secretaria Estadual de Habitação, até sair a

definição sobre a forma de liberação dos recursos. O Presidente Luiz Marinho afirma que não se trata apenas de conversar com o Governo Estadual, mas que é preciso que os municípios já providenciem as remoções emergenciais o mais breve possível, enquanto se aguarda a liberação do convenio. O Presidente Luiz Marinho declara que conversou com o Secretário da Casa Civil, Edson Aparecido, e cobrou dele os encaminhamentos, mas não se sabe ao certo quem irá encaminhar o procedimento, e a promessa foi de uma resposta do Governo do Estado até o final daquele mesmo dia. O Sr. Hamilton Lacerda corrige um detalhe no demonstrativo de Santo André, e o total global de moradias a remover passa a ser de 648 unidades habitacionais. Lendo brevemente o demonstrativo das remoções, o Presidente Luiz Marinho diz que o município de Mauá notificou bem e removeu razoavelmente, os municípios de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Diadema ainda não removeram, e São Bernardo do Campo removeu uma parte.

No tema seguinte, sobre o andamento da limpeza dos piscinões, o Sr. Hamilton Lacerda lembra que essa é a terceira Assembléia onde se discute o assunto, tendo sido apresentada na reunião anterior uma cópia do contrato da limpeza e manutenção operacional feito pelo DAEE, sem cronograma a ser seguido; foram feitas inúmeras tentativas para conseguir esse cronograma, inclusive o Prefeito Donisete Braga, de Mauá, também solicitou o cronograma, sem sucesso. Por conta disso, foi feito um balanço pelas equipes para tentar saber o que já foi feito na região, e sabe-se que nessa semana a empresa ganhadora da licitação iniciaria as vistorias dos locais, e até o dia 7 de fevereiro fariam a vistoria em Mauá. Em Diadema foi realizada no mês de janeiro uma limpeza paliativa no piscinão de Piraporinha, mas isso não mudou o quadro. A única novidade é que foi noticiado pela imprensa que o Estado estaria cancelando a PPP da limpeza dos piscinões, que teve como ganhadora uma empresa considerada depois inidônea. O Governo do Estado alegou que em função do estudo sobre o Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Tietê (PDMAT), a PPP dos piscinões caducará pela nova realidade que esse plano diretor irá apresentar. Portanto, solicita aos Prefeitos e assessores que conversem com as equipes responsáveis dos municípios para monitorarem e acompanharem a empresa contratada, de modo que também o Consorcio possa fazer a cobrança devida. O contrato explicita a manutenção das bombas e equipamentos, mas não deixa clara a questão do desassoreamento dos piscinões.

Dando seqüência, passa ao informe sobre a Oficina Técnica de drenagem urbana na região do Grande ABC. Lembra que no início do ano o Presidente Luiz Marinho, por ocasião do lançamento do Programa DRENAR de São Bernardo do Campo, solicitou que o Consorcio realizasse um diagnóstico da drenagem urbana na região, visando um possível projeto para captação de recursos. Nesse sentido foi organizada uma oficina com os técnicos de todas as cidades, que trouxeram o detalhamento do que está sendo feito e planejado nesse campo. A oficina concluiu que o PDMAT analisa a questão da calha do Tietê, os seus principais afluentes, como o Tamanduateí e o Córrego dos Meninos, mas muito superficialmente abrange um pouco do Ribeirão dos Couros e de passa ao largo de alguns rios importantes, como o Taioca. Isso foi suficiente para demonstrar a necessidade de se construir um plano regional, de modo que se possa avaliar questões de macrodrenagem, além da micro e mesodrenagem. A outra informação extra-oficial é que o PDMAT, que será entregue ao Governo do Estado no final de março de

2014, apresentará como conclusão que os piscinões instalados ou projetados são suficientes para atender as demandas de macrodrenagem na região, sendo necessária a otimização nesses piscinões, verificando sua eficiência e realizando pequenas obras. A oficina chegou a duas deliberações: aprofundar o estudo com a criação de um grupo temático específico e a realização de um planejamento estratégico sobre o tema no dia 13 de Março, que deve contar também com agentes externos para contribuir com a discussão. Nesse sentido, o Prefeito Luiz Marinho solicita ao Secretário Executivo que seja convidado o Prof. Gilson Lameira da UFABC, por seu histórico envolvimento com o tema. Nesse momento, a técnica Sandra Malvese, da Diretoria de Programas e Projetos, entrega a todos os prefeitos a planilha atualizada das áreas de remoção emergencial.

Dando seqüência, o Diretor Hamilton Lacerda fala sobre a Oficina de trabalho para orientação técnica das sete cidades do Grande ABC contempladas com recursos do PAC nas áreas de mobilidade, habitação e risco, realizada no dia 31 de Janeiro, no Consórcio, por iniciativa da Secretaria Executiva com o apoio técnico da Sra. Tássia Regino, Secretária de Habitação de São Bernardo do Campo. Foi constatado que os técnicos dos municípios ainda tinham muitas dificuldades para executar os procedimentos para liberação dos recursos do PAC, por isso surgiu a ideia de promover a oficina de nivelamento agregando as novas normas informadas pelo Ministério das Cidades. Destaca-se que o Ministério das Cidades baixou a Portaria nº 317, de 18 de julho de 2013, relativa à normatização sobre deslocamento involuntário de famílias em programas do Ministério das Cidades, versando sobre as medidas e procedimentos a serem adotados nos referidos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas. A partir de então existem regras clara para planejar, orçar e aprovar a liberação do recurso pela CAIXA, vinculado a essa condicionante. A oficina discutiu também a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Além das regras específicas para a remoção, a portaria do trabalho social diz que o poder público ou a administração devem realizar determinadas ações junto à comunidade com o referido caráter, garantindo condições sociais mínimas para as famílias envolvidas ou afetadas pelos programas, e caso isso não ocorra, os recursos não serão liberados. Segue-se uma série de manifestações dos presentes sobre o necessário planejamento das ações necessárias para acessar os recursos anunciados. O Diretor de Programas e Projetos registra que a oficina contou com a presença dos Secretários de Habitação e Serviço Social, e destaca ainda que será realizado um curso a distância para capacitação dos técnicos com relação às referidas portarias, e o Consórcio fará o acompanhamento dessa atividade. Foi levantada também a questão da desoneração fiscal e seu impacto nos cálculos para as obras e projetos, sendo essa uma questão ainda não resolvida. A coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, fala que ainda há dúvidas sobre a desoneração, e por isso o Consórcio deveria fazer uma provocação formal aos dois ministérios envolvidos e à Caixa Econômica Federal sobre como proceder, buscando uma resposta com a definição do procedimento correto. Andrea Brisida reitera que é necessário um plano de reassentamento, informando o que o município irá fazer com a família, garantindo ao governo federal de que as famílias terão condições de moradia. Andrea complementa ainda destacando que na segunda parte da oficina

os técnicos foram divididos em grupos temáticos e houve uma reunião do grupo de gestores em Mobilidade com representantes dos Ministérios das Cidades e do Planejamento. Na ocasião, o Sr Marcio Teixeira, do Ministério das Cidades, pactuou o calendário para definição dos repasses. O decreto de transferências obrigatórias foi publicado em dezembro, mas ainda possui algumas pendências de Santo André e São Bernardo com relação ao FGTS, a serem resolvidas nos próximos dias. Ficou definido que o prazo para entrega das cartas consultas ao Ministério das Cidades será em 13 de fevereiro, mas os municípios deverão entregar as cartas ao Consórcio até dia 07 de fevereiro e o Consórcio fará o encaminhamento oficial ao Ministério. Andrea Brisida destaca que o processo está sendo tratado como exclusivamente regional, ou seja, toda comunicação será via Consorcio para facilitar o andamento da relação junto ao Governo Federal. Ficou definido que haverá uma carta consulta por município, independentemente do número de projetos, para facilitar o seu detalhamento. Os municípios terão também até o dia 28 de fevereiro para enviar a documentação complementar à CAIXA, visando antecipar as análises sempre que possível. A técnica Sandra Malvese informa que a equipe da Caixa estará no Consórcio para receber esses documentos. Andrea Brisida lembra que o decreto de transferências obrigatórias saiu sem valores, mas o Sr. Márcio Teixeira recomendou que as prefeituras avaliassem a utilização do RDC, e por isso nenhuma publicação sai com valor, sendo porém necessário considerar o valor aprovado quando do anúncio presidencial. Ainda sobre a liberação dos recursos, Andrea Brisida fala sobre a necessidade de assinatura dos Termos de Anuência dos municípios que terão projetos executados pelo Consorcio; os referidos termos encontram-se prontos, e precisam ser assinados até o dia 07 de fevereiro, e posteriormente devolvidos ao Consorcio. Sobre as pendências com relação ao município de Ribeirão Pires, Andrea fala que houve uma divergência de valores entregues, primeiramente foi considerada um valor em torno de R\$ 104 milhões, num segundo momento a Prefeitura encaminhou outro projeto de R\$ 74 milhões, e após isso a Prefeitura de Ribeirão Pires refez os orçamentos e orçou novamente 104 milhões, por isso houve um questionamento das equipes técnicas dos Ministérios das Cidades e do Planejamento, barrando o anúncio de possível liberação do recurso. O Presidente Luiz Marinho comenta que o envio de três versões distintas dificultou certamente a confiança da esfera federal em relação aos projetos de Ribeirão Pires, orientando a coordenação do GT Mobilidade e a Secretaria Executiva para que avaliem as informações disponíveis sobre os projetos e busquem agendar um novo diálogo junto à Secretaria do PAC.

Com a palavra, o Secretário Executivo inicia os informes finais. Informa que nos dias 11 e 12 de março, no Auditório Bilbao – Hotel Plaza Mayor, em Santo André, será realizado o Encontro Técnico - Logística Reversa de óleos lubrificantes, com apoio institucional do Consórcio através do GT Meio Ambiente; fala ainda sobre o pedido de apoio institucional da UFABC ao “I UrbFavelas – Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas” com data a definir, pedido aprovado pela Assembléia. Informa também que a próxima Assembléia será no dia 10/03, e possivelmente contará com a presença do Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai

assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. - - - - -
Região do Grande ABC, em 04 de fevereiro de 2014.
Prefeitos signatários, presentes na 47ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

SILVANA GUARNIERI
Vice Prefeita do Município de Diadema

LEONICE MOURA
Vice Prefeita do Município de Ribeirão Pires

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 47ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.